

Mudanças estruturais no mundo do trabalho: Desafios para a reestruturação do movimento sindical e do sistema de negociação coletiva

O mundo do trabalho passa por profundas transformações que estão alterando os postos de trabalho, as ocupações, os empregos, as profissões, as formas de contratação, a jornada de trabalho e as formas de proteção, laboral e social. Todo o sistema produtivo que conhecemos está se transformando com a globalização e com as inovações tecnológicas. Emerge no mundo presente um novo arranjo produtivo mundial que se articula em novas cadeias produtivas que integram os setores econômicos. As fronteiras entre indústria, comércio, serviços e agricultura se rompem e a integração constitui novas complexidades organizacionais de e entre empresas. As flexibilidades das formas de contratação e dos vínculos laborais, a terceirização, a internet e a comunicação sem fio, entre outros, abrem um menu de possibilidades ocupacionais até então inimagináveis, flexíveis, precárias e sem proteção.

O mundo do trabalho que é a base do atual sindicalismo está em transformação radical. Essa mudança na realidade do sistema produtivo transformara os sindicatos do futuro. Qual será o protagonismo do sindicalismo do presente?

O desafio é reestruturar o sindicalismo para que os trabalhadores adquiram capacidade de se tornar protagonistas nesse processo de transformação, colocando seus interesses e visão de mundo na construção da sociedade e da economia do futuro.

O futuro do sindicalismo depende hoje da capacidade que o sindicato atual

terá de produzir uma política de transição para um novo tipo de organização, capaz de colocar os novos trabalhadores em movimento para lutar pelos seus interesses nesse novo mundo do trabalho que irrompe. Um sindicato que se renove e que tenha capacidade de reunir todos os trabalhadores inseridos no mundo do trabalho através de uma diversidade de formas de ocupação e contratação; capaz de promover a unidade no campo político múltiplo da classe trabalhadora; capaz de ser agente de formulação de novas utopias que mobilizam os trabalhadores; capaz de apresentar agendas e formular propostas que serão respostas afirmativas do projeto que os trabalhadores apresentam à sociedade para esse novo mundo que emerge.

A reestruturação sindical deve ser planejada estrategicamente para que os trabalhadores, mais uma vez, coloquem-se como agentes históricos da mudança que produz justiça, igualdade, solidariedade e paz para todos.

Algumas das transformações estruturais no sistema produtivo e seus efeitos sobre o mundo do trabalho são:

- Globalização: as empresas multinacionais rearticulam sua presença no território global. Unidades fecham e demitem trabalhadores; unidades são abertas com novas formas de contratação e novos padrões de direitos. As desigualdades laborais se aproximam e aumenta a pressão para rebaixar patamares protetivos e salariais.
- A tecnologia de comunicação rompe as distâncias e permite novas estratégias de gestão, integradas e articuladas no planeta. As fronteiras dos países não formam mais barreiras. Um metalúrgico europeu que recebe 50 dólares por hora é aproximado de um metalúrgico argelino que recebe 2 dólares a hora e passam a trabalhar em uma mesma base produtiva, apesar dos milhares de quilômetros que os separam. Pressões para flexibilizar o trabalho aumentam para igualar os custos.
- A financeirização do sistema produtivo impõe nova lógica às estratégias dos negócios. O máximo retorno ao acionista, no menor prazo possível, altera a gestão de resultados, sua distribuição entre investimento (que gera emprego) e retorno ao acionista (que acumula riqueza e aumenta a desigualdade). O lucro máximo acelera o uso de tecnologia que substitui a força de trabalho humana

(desemprego tecnológico), a proteção laboral é questionada e os sindicatos são escanteados.

- O avanço tecnológico, especialmente com a inteligência artificial, abre a possibilidade inédita da indústria produzir máquinas que estarão presentes em todas as atividades econômicas e de transformar todas as atividades humanas e atividades econômicas. Ocorre a industrialização de todos os setores da economia. As separações clássicas entre indústria, serviço, agricultura e comércio não são mais possíveis, o que implode o conceito de categoria e seus desdobramentos organizativos.
- A expansão tecnológica e sua velocidade de inovação colocam o sistema produtivo em constante mudança, o que representa desafios desconhecidos para o mundo do trabalho. As máquinas adquirem rapidamente capacidade ampliada de substituir o trabalho humano nos mais variados setores e atividades, até então inimagináveis em todos os setores da economia. Essa inovação coloca para o trabalhador a exigência cotidiana de atualização profissional como condição de permanecer ativo no mundo do trabalho.
- A inovação acelerada em todas as frentes do sistema produtivo altera os postos de trabalho, a permanência e conteúdo das profissões. Esta mudança exige atualização permanente dos trabalhadores para processos de trabalho desconhecidos e enorme flexibilidade profissional.
- O mundo do trabalho se transforma a cada instante e as inovações fazem as ocupações mudarem, as funções laborais se transformarem, muitos empregos sumirem e alguns empregos aparecerem. Os futurólogos do mundo do trabalho dizem que os novos trabalhadores terão várias profissões ao longo da vida e estarão inseridos em múltiplas ocupações, às vezes ao mesmo tempo.
- O Estado de proteção social está sendo questionado na sua função de produzir políticas públicas universais a partir de impostos progressivos. Caminha-se para promover a transição do Estado social da proteção para o Estado que promove assistência social; da política pública orientada pela solidariedade para a política fundada na meritocracia; do Estado da seguridade social para o Estado do seguro individual.
- O direito laboral de proteção do trabalhador migra para o direito de proteção às

empresas: contra passivos trabalhistas; contra direitos assegurados em lei; pelo direito de demitir sem proteção sindical; pela máxima flexibilidade nas formas de contratar e definir a jornada de trabalho e o salário.

- Há uma enorme mudança no padrão normativo (nos marcos legais) para promover flexibilidade ampliada nas formas de contratação, na jornada de trabalho, na exclusão de direitos, nas relações diretas sem a mediação do sindicato.
- Há uma campanha permanente de desqualificar as instituições, neste caso, os sindicatos, afastando propositalmente os trabalhadores das suas entidades, com campanhas abertas e subliminares valorizando o indivíduo contra o coletivo.
- O papel da justiça é restringido e o seu acesso pelo trabalho é limitado ou dificultado
- As convenções coletivas, a negociação coletiva e o papel do sindicato são questionados e testados.

Esses elementos, entre tantos outros, compõem um campo de transformações de extensa complexidade e que irrompe independente do contexto político nacional. É na base material desse sistema produtivo em transformação que emerge o novo mundo do trabalho e o futuro do sindicato depende da qualidade da resposta que a atual estrutura sindical será capaz de promover. A reestruturação dos sindicatos deve mirar a capacidade de organizar, mobiliar e representar os trabalhadores inseridos nesse novo mundo do trabalho.

Essa transformação estrutural ocorre nos contextos políticos históricosituacional da cada país, no qual o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e as demais
instituições, no seu contexto econômico, social, político e cultural específico, incidem
com seus projetos, propostas e iniciativas. Por vezes, a dinâmica do país acelera ou
aprofunda as mudanças estruturais, outras vezes, cria resistências ou apresenta
alternativas às mudanças. A complexidade da transformação estrutural do sistema
produtivo e das relações laborais ganha seu conteúdo e dinâmica real na vida de
uma nação, às vezes, de forma trágica.

Por isso, o projeto de país e de nação de um governo faz muita diferença na conformação dessa mudança estrutural no contexto concreto, assim como a

interação entre mudança estrutural e projeto de governo vai moldando o desenvolvimento, as possibilidades econômicas e o conteúdo do sistema produtivo do país. O novo mundo que emerge das transformações adquire feições reais e os novos trabalhadores constroem, neste contexto, a sua subjetividade concreta. A reestruturação para construir o sindicato do futuro é uma resposta objetiva às mudanças concretas nesse contexto histórico presente.

No caso brasileiro, há também o projeto e as inciativas do atual governo federal para alterar o padrão da legislação laboral, para mudar as formas de proteção do trabalho e dos trabalhadores, para provocar e promover mudanças profundas na estrutura sindical, para alterar seu financiamento e buscar novas mediações para a negociação coletiva e a solução dos conflitos. Estão na agenda do governo promover no curto prazo (2019/2020):

- Reforma de previdência social.
- Reforma tributária, o que inclui desoneração da folha de pagamento.
- Desvinculações do orçamento público dos gastos com educação e saúde.
- Reforço para aplicar o limite de teto de gasto do orçamento público federal.
- Mudanças no FGTS e FAT (seguro-desemprego, entre outros).
- Privatizações das empresas estatais, concessões e parcerias públicoprivadas.
- Reforma sindical.
- Ampliação da reforma trabalhista.
- Revisão dos marcos regulatórios em diferentes setores: (Pré-sal, Água, Energia, Minério).
- Possibilidade ampliada de venda de recursos naturais e de terras aos estrangeiros.
- Abertura comercial ampla.

Essas medidas, entre muitas outras, constituem-se em várias dimensões da nossa complexa situação como país e que provocam mudanças que rompem com os padrões anteriores, mudanças radicais no sistema produtivo e no mundo do trabalho, nos empregos e ocupações e na condição de vida e visão de mundo dos

trabalhadores no Brasil. Essa realidade forma complexidades que estão em

desenvolvimento e que exigem respostas rápidas e criativas da atual organização

sindical.

O desafio é criar respostas para reestruturar a organização sindical para que

continue capaz de representar os interesses dos trabalhadores diante dessas novas

complexidades. Respostas para uma estrutura que continue capaz de reunir os

trabalhadores em torno da sua organização e com ela produzir unidade política, que

gere força social e econômica para apresentar sua agenda, seus projetos e visão de

mundo, com capacidade para negociar e estabelecer compromissos que promovam

ocupação de qualidade e protegida para todos e seja capaz de dar soluções aos

conflitos.

O projeto de reestruturação deve construir uma organização que represente

todos os trabalhadores, inseridos no mundo do trabalho através de múltiplas formas

de ocupação e de contratação, em relações laborais que serão estabelecidas no

novo sistema produtivo que irrompe. Esse desafio exige repostas hoje, olhando para

o futuro, com pés no chão e com compromisso com a nossa história.

Nossa primeira tarefa é ter um plano de transição com ações concretas e

permanentes o ano todo, praticando um sindicalismo dos trabalhadores, para os

trabalhadores e com os trabalhadores.

Este documento reflete a média do pensamento dos metalúrgicos da CUT do

Rio Grande do Sul e foi elaborado pelo sociólogo Clemente Ganz.

FTM, setembro de 2019.

C